



O MOVIMENTO POPULAR DE MULHERES NO SUDOESTE DO PARANÁ¹

Elis Marina Benatti Fedato²,

Introdução

Grande parte da história de um País, de um Estado, de uma região é marcada por lutas seja pela conquista de direitos coletivos seja por direitos individuais. Na construção de grande parte desta história os homens aparecem como protagonistas, deixando transparecer que as mulheres permaneceram omissas diante de tais acontecimentos e reivindicações. Mas o fato é que sua participação foi omitida, como se não tivesse importância. Porém devemos destacar que a participação das mulheres nos movimentos e lutas tem início muito antes do que se imagina e em diversos acontecimentos como, por exemplo, a luta contra a escravatura, contra a ditadura militar, racismo, pela Constituinte, entre outras.

Esse fato se deve apenas à restrição ao espaço público ou também pela falta de apoio no cuidado com os filhos, com o lar, onde elas são consideradas as responsáveis? Será que grande parte das mulheres tem ajuda de seus cônjuges nas atividades domésticas? Esses detalhes podem limitar as mulheres ao espaço privado do lar, não lhes possibilitando a busca pelo aperfeiçoamento, preparação para assumirem seu espaço na sociedade.

Por ser muito cuidadosa e observadora dos pequenos detalhes deseja ser a melhor “[...] em qualquer aspecto e em qualquer nível. Como isso não é possível, origina-se um estado de desorientação e de ansiedade, ou, inclusivamente, de desânimo e de tédio [...]” (BALAGUER, 1968, p. 15-16), fazendo com que ela desista de buscar seu espaço.

Balaguer (1968) complementa ainda:

Todo o trabalho profissional exige uma formação prévia, e depois um esforço constante para melhorar esta preparação e adaptá-la às novas circunstâncias que surjam. Esta exigência constitui um dever particularíssimo para os que aspiram a ocupar postos directivos na sociedade, visto que são chamados a um serviço também muito importante, do qual depende o bem-estar de todos. [...] Uma mulher com preparação adequada deve ter a possibilidade de encontrar aberto o caminho da vida pública, em todos os níveis (p. 26).

1 Este artigo faz parte de um Projeto de Pesquisa e Extensão financiado com recursos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Fundo Paraná. O grupo de pesquisa/extensão tem como bolsistas: Aline Motter Schmitz, Keissiane Michelotti Geittenes, Maristela da Costa Leite, Lunéia Catiane de Souza, Vanuza Andressa Braga, Elis Marina Benatti Fedato, Joice Aparecida Antonello, Luís Carlos Braga, Ms. Cecília Maria Ghedini (orientadora), Dra. Roselí Alves dos Santos (coordenadora orientadora).

2 Geógrafa e Bolsista recém- formada do projeto de extensão “Registrando a história e as experiências político-organizativas das mulheres agricultoras no sudoeste do Paraná”. elis_benatti@hotmail.com



É neste momento que surge a questão: como a mulher pode se preparar se esta possibilidade não lhe é oferecida? Por mais evoluída que esteja a sociedade, por mais espaço que as mulheres tenham conquistado no decorrer dos anos, será que todas têm acesso aos espaços públicos da sociedade?

Neste sentido buscamos, no decorrer deste artigo, mostrar como as mulheres se organizaram, no decorrer da história, para buscar seus direitos, ou seja, mostrar de que forma se configurou a participação das mulheres nas mais diversas lutas e principalmente na organização do Movimento Popular de Mulheres no Sudoeste do Paraná, além de destacar a contribuição da igreja católica para a formação e organização dessas mulheres.

1. A mulher e as lutas pela conquista do seu espaço na sociedade

A mulher não conquistou espaço na sociedade lutando apenas pelos direitos do seu sexo, mas participando das mais diversas lutas. Mesmo com a ausência de registros mais precisos, sabe-se que no século XIX, mais precisamente “[...] em 1817, a Revolução Republicana encontrou em uma mulher, senhora de engenho, um de seus fortes esteios em Alagoas: Dona Ana Lins [...]” (CARVALHO apud MONTENEGRO, 1985, p. 12), na luta pela libertação dos escravos.

Ainda segundo Montenegro (1985), muitos outros momentos históricos de nosso país devem ser considerados: a luta pelo fim da escravidão no século XVIII; a defesa dos quilombos onde muitas delas foram presas; a luta pela redução da carga horária de trabalho em 1907, quando 600 têxteis de Jundiaí, São Paulo, participaram de uma greve pela redução da carga horária de trabalho e melhoria dos salários; conquista do direito do voto em 1932, organização das Uniões Femininas a partir da União Feminina de Teófilo Otoni de 1931 e a partir dessas organizações muitas outras que foram sendo organizadas no tempo e no espaço.

E mais recentemente, a participação das mulheres é revelada na luta contra a Ditadura Militar, contra o racismo, enfim, pela redemocratização do país e pela melhoria nas condições de vida e de trabalho da população brasileira.

As questões de ordem política, quebrados os grilhões da censura de tantos anos, eram gritados por todos os meios de comunicação de massas, escritas nos muros, distribuídas em panfletos, propagadas nos comícios e nas passeatas, como a da convocação de uma Constituinte. Constituíam pano de fundo do movimento de massas em geral, do qual fazia parte o movimento de mulheres. O grande mérito das Uniões Femininas e da constituição de grupos de mulheres com outros nomes foi o de ter contribuído para que as organizações municipais, estaduais e a organização nacional fossem o resultado de um trabalho feito a partir das bases populares, com mulheres de todas as camadas sociais, a partir de um conjunto de reivindicações, inclusive as específicas de mulheres, que iam sendo desenvolvidas no processo de conscientização. Assim, iam se



definindo as linhas mais avançadas das lutas femininas, linhas que a própria prática confirmou nos anos seguintes ao de 1945 (MONTENEGRO, 1985, p. 24).

No decorrer de toda a história a mulher vem desempenhando os mais variados papéis dentro e fora de suas casas, lutando por sua família, por seus direitos e buscando uma sociedade onde se possa viver com mais dignidade, onde os direitos e deveres sejam “dados e cobrados” igualmente entre os gêneros.

As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. Não se trata apenas da conquista de espaços significativos no mercado de trabalho e na universidade; é um processo marcado pela crescente conscientização e participação política da mulher (COLLING, 1997, p. 48).

Quando se buscam dados sobre a história da Organização ou do Movimento Popular das mulheres, grande parte dos documentos datam da década de 1970, que foi considerado o marco histórico para o Movimento Popular de Mulheres no Brasil. Esse fato se deve ao Regime Militar que comandou o País entre as décadas de 1960 a 1980. Durante este período coexistiu o medo, a repressão e a oposição, o desejo de mudança e de liberdade.

Movidas por este desejo de mudança, algumas mulheres passam a ser militantes nas organizações clandestinas de esquerda, mostrando “[...] a vontade radical das mulheres de se tornarem protagonistas ativas da história” (COLLING, 1997, p. 48). Porém assumiram mais pela questão política do que pelo fato de serem mulheres. Por ser um espaço exclusivamente masculino, muitas vezes, elas negavam a sua sexualidade para chegar a uma relação de suposta igualdade com o sexo oposto.

Desenvolvimento, maturidade, emancipação da mulher, não deve significar uma pretensão de igualdade – de uniformidade – com o homem, uma **imitação** do modo de agir varonil. Isso não seria uma aquisição, seria uma perda para a mulher, não porque ela seja mais ou menos que o homem, mas porque é diferente (BALAGUER, 1968, p. 9. Grifo do autor).

Na busca pela igualdade elas esqueceram de reconhecer que mesmo na igualdade existem diferenças. Muitas foram presas e sentiram a força e o peso da repressão. Destacamos essa fase da ditadura militar para mostrar que a mulher sofreu, durante muito tempo, com a repressão, o medo, a falta de uma identidade própria, com a dificuldade de reconhecer e serem reconhecidos os seus valores e a sua importância na construção da história. Não é por acaso que muitos movimentos ganharam força após esse período de ditadura.

Essas organizações lutaram pela inclusão da mulher no espaço público – político; buscaram o fim da discriminação de sexo; denunciaram a opressão e exploração tanto no espaço público como no privado, tendo como base fundamental a democracia e a sua emancipação. “Uma sociedade



moderna, democrática, tem de reconhecer à mulher o direito a participar ativamente na vida política, e tem de criar as condições favoráveis para que exercitem esse direito todas as que o desejarem” (BALAGUER, 1968, p. 25).

Hoje muitos Movimentos de Mulheres enfraqueceram, estão adormecidos. Faltam esclarecimentos sobre as novas bandeiras de lutas que se mostram necessárias e um estímulo para que as batalhadas sejam iniciadas e novas militantes entrem na luta. Nosso objetivo no item a seguir é destacar, ainda preliminarmente, a organização do Movimento Popular de Mulheres no Sudoeste do Paraná, destacando sua importância, suas conquistas, decepções, medos, angústias, discriminação.

2. A Organização do Movimento Popular de Mulheres no Sudoeste do Paraná e a influência da Igreja³

O Movimento Popular de Mulheres - MPM - configurou-se no Sudoeste do Paraná no final dos anos de 1970, sob influência da ala progressista da Igreja Católica, incentivada pelos Padres Belgas (POSSAMAI, 2007).

Esta organização nasce, mais especificamente no município de Capanema, onde os padres belgas coordenavam a paróquia e através da Paula Broeders uma leiga, belga, juntamente com a Iraci e Petrolina de Medianeira davam apoio financeiro, moral e social. “A gente primeiro se organizou como mulher e depois as lutas sociais, então fomos à luta. Foi muito forte, tivemos muitas conquistas em Capanema” (Dileta Stuelp – Capanema, 2009).

A formação da Igreja instigava a organização e a luta por direitos das mulheres como ser humano e de suas famílias. No início da organização e fortalecimento do MPM, lutas foram empreendidas como, por exemplo, pela reivindicação na melhoria do preço do litro de leite. “Quando começamos a vender o leite, bem no início, entrou um laticínio que não pagava como devia. A Paula organizou as mulheres para ir conversar com o dono do laticínio” (Dileta Stuelp - Capanema, 2009).

Organizaram-se e foram até Marechal Cândido Rondon, em cinco mulheres, conversar com o chefe da empresa para exigir os seus direitos. Conseguiram que a empresa pagasse os meses

³ Daremos suporte a este estudo baseados nos relatos de mulheres que iniciaram a organização do Movimento Popular de Mulheres no sudoeste do Paraná, mais especificamente na região de Capanema. Destacamos que estes relatos estão em fase preliminar e sujeitos a correções. O texto foi organizado pelo grupo de pesquisa e extensão que desenvolve o Projeto na região.



atrasados e ainda aumentassem o valor por litro. Foi através destas lutas que elas foram adquirindo confiança e acreditando em si mesmas e na luta.

Segundo Santos (2008), o Sudoeste do Paraná vivia na década de 1970 a introdução do Pacote Tecnológico. Essa modernização da agricultura impulsionou a saída da população do campo; a exclusão dos pequenos produtores ao acesso ao crédito e conseqüentemente às novas tecnologias, visto que seu custo era muito elevado.

As tecnologias modernas utilizadas são poupadoras de mão-de-obra e no contexto da *Modernização* brasileira, cujas políticas promovem a exclusão, os custos elevados do processo produtivo e os atrativos gerados pelo urbano fomentam o êxodo rural e a precariedade do campo em serviços básicos como escolas, atendimento médico, etc. (SANTOS, 2008, P. 187. Grifo do autor).

Os Sindicatos ainda não trabalhavam a questão da saúde. Foi pelo estímulo e trabalho da leiga Paula que essa questão mudou, e se passou a reivindicar o direito à saúde, seguidas, mais tarde, pelas lutas do Sistema Único de Saúde - SUS. “Todo o trabalho da Paula fez com que se espalhassem na região os ideais do sindicalismo combativo” (Maria Libardi do Couto - Planalto, 2009).

No período anterior à organização do MPM (1975), até os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STR - restringiam a participação das mulheres, mesmo em ações que seriam voltadas para o público feminino, como foi o caso da organização de um oito de março. Elas citam que parecia existir um medo que as mulheres tomassem posse daquele espaço que até então era predominantemente masculino.

Antes do Movimento Popular de Mulheres nem no Sindicato dos Trabalhadores Rurais tínhamos vez. Quando começamos a pensar o oito de março, eles queriam pensar como fazer, não nos deixavam pensar o que queríamos, era como se o Sindicato tivesse medo que as mulheres tomassem posse daquele espaço (Ivete da Rosa – Capanema, 2009).

Para desenvolver o trabalho de organização das mulheres na região, no ano de 1988 houve uma liberação regional, sustentada pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR. Foi Maria Libardi do Couto, de Planalto, a mulher liberada por cerca de três meses com a tarefa de organizar a primeira comemoração do 08 de março na região Sudoeste do Paraná. O trabalho era muito animado e o município de Capanema foi o primeiro a comemorar a data.

No decorrer desta organização, muitos fatos foram ganhando destaque e um que merece ser citado neste momento foi no ano de 1978, o “movimento na balsa” onde se reivindicava o aumento do preço do porco. A não solução do problema teve como estratégia o fechamento da ponte de Capitão Leônidas Marques, tendo uma forte repercussão na região e no estado. Foi um movimento muito importante que marcou este período de 1974-1978 na luta pelos preços mínimos.



Uma das primeiras conquistas, ainda no Movimento Popular de Mulheres, foi o direito da mulher ser, também, sócia do Sindicato que, até por volta de 1982, era reservado somente ao homem. “Mas nós já íamos às comunidades organizar e informar o povo de seus direitos, e a partir destas organizações foi crescendo o movimento sindical” (Circe Rodrigues Padilha – Francisco Beltrão, 2009).

A Igreja Católica desenvolveu um papel fundamental na organização das mulheres. Segundo Teixeira (2006), nesse período (final de 1960 e início de 1970) a igreja estava permeada pela Teologia da Libertação que nasce marcada pela participação ativa dos pobres, dos excluídos e das pessoas leigas além de estar intimamente vinculada aos movimentos sociais.

A maioria das mulheres que fizeram parte desta pesquisa estiveram envolvidas em alguma pastoral da Igreja: catequistas, mais tarde ministras. Essa formação contribuiu muito quando foram desafiadas a assumirem a liderança da organização de mulheres.

O Movimento Popular de mulheres tinha muito forte o propósito de formação, se reuniam, estudavam e debatiam temáticas com questões específicas, como Mulher e política, Mulher e sindicato, Mulher e Bíblia, Direitos da mulher, Saúde da mulher, formação religiosa a partir da Bíblia, formação para a vida, para perceberem que mesmo sendo mulheres, eram seres humanos como os homens. Toda essa dedicação propiciou às mulheres uma formação libertária, e são estas que ainda estão nas entidades trabalhando.

Havia planejamento municipal que se organizava pelos setores da paróquia o qual era seguido por todas as comunidades. A luta era feita em todo o Estado do Paraná, os municípios se ajudavam fazendo uma interligação.

O planejamento estadual era mais voltado para a comemoração do dia oito de março e as lutas eram conjuntas em todo o estado. Trabalhava-se pela defesa dos direitos humanos, se doavam na pastoral, eram as líderes da comunidade. “Hoje a gente vê as mulheres que se encontram, tomam chimarrão e ficam por aí. A gente se reunia e pensava: no ano que vem vamos trabalhar isso. Tinha planejamento, se buscava quais eram os problemas, o que tinha que mudar. Tinha organização.” (Ivete da Rosa– Capanema, 2009).

Os encontros da regional eram feitos na ASSESOAR que sempre apoiava, mas não direcionava o movimento. Em 1987 teve um grande encontro um em São Miguel do Iguazu e outro em Dois Vizinhos, organizado pelo MPM e no Sudoeste paranaense também com as outras organizações de mulheres que estavam nascendo. Nestes encontros se discutiam assuntos que estavam na pauta do ano, que mereciam destaque: política, salário maternidade.



Nós levávamos a comida de casa e tínhamos vontade de lutar, de buscar nossos ideais. Hoje dão tudo para agradar e calar a boca das mulheres. Nós não reclamávamos, tinha uma comissão de vários municípios aí faziam um encontrão para reunir todos os grupos em nível de estado, sempre era em Curitiba. No outro dia se voltava pra casa (Dileta Stuelp– Capanema, 2009).

O MPM teve trabalho ativo por cerca de 20 anos na região e embora estivesse próximo a Igreja Católica era autônomo, tinha apoio e despertava muitos conflitos entre suas concepções e as da Igreja, por conta das perspectivas das mulheres e do movimento feminista, dentre eles a emancipação da mulher, as questões de gênero, algumas muito polêmicas como o aborto.

Havia muitas mulheres que participavam da liderança, por exemplo, a Cecília Ladi Erthal que foi procurada pela Leiga Paula Broeders, juntamente com o pessoal da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA (atual EMATER) para participar de um evento em Curitiba. Lá foi escolhida como delegada para o estado e começou participar na linha de frente.

O MPM contribuiu na luta pelo sindicalismo combativo e conseguiu desenvolver um trabalho forte na região e no estado. Porém com o surgimento das Comissões Sindicais de Mulheres, atrelado ao STR, passa-se a ter uma espécie de dois movimentos de mulheres na região.

Esta divisão se dava porque havia duas concepções na organização de mulheres: uma do Movimento Popular de Mulheres que lutava pelos direitos humanos desde a religião, na perspectiva do feminismo e outra da Comissão Sindical que focava no direito social enquanto trabalhadoras rurais (Circe Rodrigues Padilha – Francisco Beltrão, 2009).

O Movimento Popular de Mulheres e a Comissão Sindical de Mulheres tinham uma certa discordância, no processo de organização. Segundo as entrevistas realizadas e a narrativa, cria-se um campo de disputa entre os dois movimentos, pois agiam sobre a mesma base territorial. Apesar das divergências, algumas atividades eram realizadas conjuntamente.

Parece-nos que o MPM bebia da fonte do Movimento Feminista, que estava no seu auge neste período no Brasil, enfocando uma luta pelos direitos das mulheres na perspectiva política de enfrentamento do patriarcado. Já a comissão sindical firmava-se numa concepção de luta trabalhista, por direitos sociais tão ausentes e negados neste período que ainda se vivia no contexto político da ditadura militar. Na prática isto se traduzia em divergências, pois eram questões que exigiriam aprofundamento e debate que, na lógica das organizações, implicadas em dar conta das inúmeras tarefas da organização social da agricultura familiar e dos movimentos sociais nascentes, nem sempre foi possível.

No final da década de 1980, embalado pelo retraimento da ala progressista da Igreja Católica que vai refletir nas pastorais e movimentos que tinham nesta tendência seu apoio e base, o MPM se desarticula e “perde espaço”, de certa forma, para a Comissão Sindical de Mulheres. Neste



momento as mulheres ficam divididas e em alguns casos uniam-se, ou seja, mulheres do MPM iam para a Comissão Sindical, em outros divergiam, além daquelas que desistiam de participar. Isto tem consequências que mudam o rumo do trabalho com mulheres na região.

A Comissão Sindical de Mulheres Regional se fortalece, em 1989, quando a Paula Broeders ainda estava na região. “As agricultoras se organizaram no sindicato e começaram a fazer reuniões separadas, isso foi muito errado, pois nós (do Movimento Popular de Mulheres) devíamos ter fortalecido o grupo de mulheres como um todo, foi falha nossa” (Ivete da Rosa - Capanema, 2009).

Assim em 1992, com o projeto financiado coordenado pela Comissão Sindical de mulheres, há uma divisão dos trabalhos com dois grupos, de um lado o MPM e de outro a Comissão Sindical Regional de Mulheres, porém a maioria eram agricultoras. Havia também a influência da organização municipal de Francisco Beltrão onde o MPM não era muito forte e esta forma de organizativa não era apoiada por todos os dirigentes.

Nós fomos fracas, não conseguimos conciliar as duas organizações e fomos ficando quietas, e fomos ficando para trás. Tanta coisa que nós enfrentamos e não pudemos levar a luta pra frente (Dileta Stuelp – Capanema, 2009).

Essa divisão entre Comissão sindical de Mulheres e Movimento Popular de Mulheres aconteceu também por uma divisão político-partidária, as mulheres que tinham outra opção partidária ficaram para trás (Doriela Wiczorek – Capanema, 2009).

Até 1994 o MPM continuou tentando manter a organização, fazendo reuniões e mantendo os Encontros Regionais e a mobilização.

Essa aproximação do MPM à Igreja Católica contribuiu de forma contundente tanto para sua organização e fortalecimento quanto para o retraimento do Movimento. Assim, alterações na Igreja refletiram na organização, por exemplo, no município de Capanema, que era como um centro que articulava o Sudoeste paranaense. Quando muda o pároco, a Igreja Católica foi deixando de organizar as mulheres. Ao mesmo tempo a leiga católica importante na organização do Movimento Regional (Paula) foi trabalhar noutra região e depois voltou para a Bélgica em 1998.

O bonito era lutar por uma causa. [...] A luta foi feia, arriscamos a vida em muitos momentos. Lutávamos não tanto pela gente, mas pelos irmãos. Muito significativo o cunho religioso, mais tarde o padre proibiu de fazer os trabalhos que fazíamos antes. Hoje desvirtuou e capitalizou as coisas (Dileta Stuelp – Capanema, 2009).

Quando o projeto da Comissão Regional termina em 1997-98, o dia oito de março, por exemplo, não foi mais assumido nem pelo sindicato nem pela paróquia e mesmo “o padre foi deixando os trabalhos para a Secretária de Assistência Social da prefeitura e o MPM se desarticulou, as mulheres se acomodaram” (Ivete da Rosa - Capanema, 2009).



Nós tínhamos a conquista do Movimento Popular de Mulheres como articulação própria das mulheres e depois foi jogado para o poder público, pensavam sozinhos e expunham para as mulheres, começa-se perder o conteúdo de organização, de luta e de conquista. Fomos perdendo território. Faziam encontros, mandavam chamar as mulheres para uma reunião para organizar o dia oito de março, por exemplo, só para levar público, porque sabiam que as mulheres tinham essa organização pronta, mas só para fazer número. As mulheres não tinham participação, quem organizava a mística, a programação, a metodologia era o pessoal da prefeitura em paredes fechadas. As mulheres se reúnem no dia oito de março com um conteúdo muito pobre, como os clubes de mães: só faz-se gincanas, brincadeiras, qualquer coisa para entreter as mulheres e conteúdo de formação e luta não tem nada. O problema foi que nós nos acomodamos, é isso que nós teríamos que resgatar. As mulheres mostravam que eram capazes, sempre tinha alguma orientação sobre a área da saúde, por exemplo, mas aquele conteúdo que nos tínhamos, a raiz do início acabou (Doriela Wiczorek – Capanema, 2009).

No trabalho com as narrativas percebe-se que há, ainda, o desejo de uma reorganização, apesar de todas as dificuldades. Existe o desejo das mulheres, o que falta é um espaço de organização.

No entanto é importante destacar que diante esse contexto e a crescente organização das mulheres no STR, este passa a centrar as lutas das mulheres agricultoras, especialmente por direitos sociais, resultando em conquistas e desafios a serem superados.

Considerações

Este projeto de pesquisa e Extensão encontra-se em fase de desenvolvimento e muitos são os questionamentos: Será que a conquistas dos direitos foi o um dos motivos que fez com que as Organizações de Mulheres se desarticulassem nos últimos anos? Será pela divergência no foco das lutas do Movimento Popular de Mulheres e da Comissão Sindical de Mulheres que muitas deixaram de lutar? Por que são tão poucas as mulheres que estão ocupando os cargos de direção nas entidades e organizações? Será por falta de preparação? Será por falta de oportunidade? Quais bandeiras precisam ser levantadas neste momento?

São muitas as questões que ainda precisam ser respondidas no decorrer de nosso estudo. Buscamos e buscaremos compreender os motivos do retraimento das lutas na atualidade e também as possibilidades de fomentar juntamente com as entidades parceiras deste projeto de pesquisa e extensão, novas bandeiras de luta para retomada da organização das mulheres agricultoras a partir do debate de gênero. Um passo já está sendo dado, com a reorganização do Coletivo Regional de Mulheres.

Referências

BALAGUER, Josemarie Escrivã de. **A Mulher no Mundo e na Igreja**. Tradução de Henrique Aguiar. Porto: Editora Livraria Civilização, 1968.



Cadernos Feministas de Economia & Política. **Preparando a campanha para vereadoras e prefeitas de Pernambuco.** Projeto Mulher & Democracia: 70 anos de Luta pela Representação Política. Pernambuco, 2004.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil.** Nijmegen, Holanda: CEDLA, 1990.

MONTENEGRO, Ana. **Mulheres – participação nas lutas populares.** Salvador/ Bahia: M&S Gráfica e Editora Ltda, 1985.

POSSAMAI, Rosângela Maria Cesca. **A História da Organização das Mulheres do Sudoeste do Paraná e a Construção da Identidade Política.** Trabalho monográfico apresentado curso de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

RIBEIRO, Catiane Resinato. FEDATO, Elis Marina Benatti. Registrando a Organização Política das Mulheres Agricultoras no Sudoeste do Paraná. IN: **Anais do Encontro de geografia da Uniãoeste.** Francisco Beltrão, 2009 (no prelo).

SANTOS, Roselí Alves dos. **O Processo de Modernização da Agricultura do Sudoeste do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia) UNESP, Presidente Prudente, SP, 2008.

TORRES, Fernando. TEIXEIRA, Faustino. EGGERT, Edla. SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Teologia da Libertação e Educação Popular: a caminho.** São Leopoldo/RS: Con-Texto, 2006.